



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 1997/2024

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2024.

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME].

Cumpre esclarecer que para o presente processo, este Núcleo elaborou o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS-FEDERAL Nº 1623/2024, emitido em 30 de setembro de 2024 (Evento 33_PARECER1, págs. 1 a 5), no qual foram esclarecidos os aspectos relativos às legislações vigentes, à condição clínica do Autor – transtorno do espectro autista, deficiência intelectual e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, bem quanto à indicação e ao fornecimento no âmbito do SUS do produto Canabidiol 200mg/mL (Golden CBD Plus Full Spectrum).

Em análise às peças processuais, observou-se que depois da emissão do parecer supracitado, não foi anexado novo documento médico aos autos processuais. Considerando o exposto, não há informações adicionais a serem prestadas por este Núcleo.

Acostado ao Evento 41_OUT2, págs. 1 a 9, consta o artigo “O uso do Canabidiol no tratamento do transtorno do espectro autista: Revisão das evidências existentes”.

Na conclusão do artigo supracitado consta que “O canabidiol parece exercer efeitos promissores no tratamento de sintomas comportamentais associados ao TEA, como alterações comportamentais, agressividade, irritabilidade e sintomas psiquiátricos comórbidos. Não é possível, ainda, afirmar que exerça efeitos sobre os sintomas centrais do autismo. Aguarda-se a publicação de estudos de longo prazo, com amostras homogêneas de pacientes e metodologicamente adequados, a fim de se recomendar - ou não - o uso do CBD no tratamento do autismo”. Assim, reitera-se que são escassas as evidências científicas que apoiam o uso de produtos derivados de Cannabis para o manejo do quadro clínico do Autor.

Renovam-se as informações sobre o quadro clínico do Autor e o item pleiteado no parecer supracitado. Sem mais a contribuir, no momento, estando este Núcleo à disposição para eventuais esclarecimentos.

É o parecer.

À 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro, da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.